

Presidente: Eduardo Perez Salusse

Vice-Presidente: Rodrigo Jorge Moraes

Diretor Administrativo: Humberto Gouveia

Diretora Secretária Geral: Cibele Malvone

Diretor de Prerrogativas: Pedro Luiz Oliveira

Diretora de Projetos: Lina Santin Cooke

Diretor Geral: Sidney Stahl



Boletim MDA



Boletim MDA

MDA NEWS

— Diretoria —

#1 O MDA nomeou membros para o Conselho e para a Diretoria para o triênio 2022-2024. Os eleitos para a presidência e vice-presidência do Conselho foram, respectivamente, o advogado Rogério Corigliano e Julio Mandel. Os eleitos para a presidência e vice presidência executiva foram, respectivamente, os advogados Eduardo Perez Salusse e Rodrigo Jorge Moraes (veja a lista completa no site www.mda.org.br).

#2 O Conselheiro do MDA, Fernando Lottenberg, foi laureado com a Medalha Anchieta e Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo, entregues em cerimônia na Câmara dos Vereadores de São Paulo.

#3 O MDA a indicou o Conselheiro Jonathan Barros Vita para recondução ao cargo de Conselheiro no Conselho Municipal de Tributos de São Paulo para os anos de 2022-2024.

#4 O MDA, representado pelo Diretor Humberto Gouveia, comparece à sessão solene de posse da Diretoria e do Conselho Secional da OAB/SP, da CAASP e dos Presidentes de Subseções, desejando sucesso a todos.

#5 MDA oficia ao Governador do Estado de São Paulo, o Secretário da Fazenda e o CODECON, pedindo urgentes providências para melhorar o atendimento aos contribuintes e aos seus advogados.

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

MDA NEWS

— Diretoria —

#6 MDA abre procedimento junto ao Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte (CODECON) para apurar absoluta ausência de atendimento de contribuintes e advogados na SEFAZ/SP, inclusive na morosidade e omissão na apreciação de pedidos direcionados ao órgão.

#7 MDA reitera ofício ao Governador do Estado de São Paulo e ao novo Secretário da Fazenda para melhoria no atendimento de contribuintes e para implementação de atendimento específico aos advogados na SEFAZ/SP.

#8 A representação formulada pelo MDA junto ao CODECON, relativamente ao péssimo atendimento de contribuintes e advogados na SEFAZ/SP, foi pauta da reunião do órgão no dia 28.04.2022.

#9 O MDA formulou propostas para reforma do processo administrativo tributário a serem enviadas, até o dia 06/05/22, à Comissão de juristas criada por ato do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux. Por sugestão das representantes do IASP nesta iniciativa, Dras. Karem Jureidini Dias e Maria Rita Ferragut (também Conselheira do MDA), as entidades MDA, AASP, CESA, IASP e IAB reunir-se-ão para alinhamento e possível formulação conjunta de sugestões.

MDA NEWS

— Diretoria —

#10 O MDA, representado pela Advocacia Lunardelli, atuou na ADI 6399 no STF, que questionou o fim de voto de qualidade no CARF. Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, que julgavam improcedente a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela PGR, pediu vista dos autos o Ministro Nunes Marques. O Ministro Marco Aurélio julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade formal do artigo 28 da Lei nº 13.988/2020, mas, se vencido, julgou improcedente o pedido. O desfecho provável da ADI deve ser pela improcedência do pedido, considerando as manifestações orais apresentadas na sessão pelos Ministros que ainda não declararam voto.

#11 O Governador do Estado respondeu ao ofício enviado pelo MDA, informando que seremos recebidos pelo Sr. Secretário da Fazenda de São Paulo para tratar da reclamação relativa ao atendimento na SEFAZ/SP.

#12 O MDA oficiou a Presidência do CARF pedindo esclarecimentos a respeito da Portaria que definiu rateio de tempo para sustentação oral em processos com múltiplos envolvidos.

#13 O Presidente do MDA publicou artigo no Valor ratificando as reclamações constantes em ofício enviado à SEFAZ sobre problemas no atendimento na SEFAZ/SP.

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

MDA NEWS

— Diretoria —

#14 O MDA reuniu-se com a advogada Vanusa Machado, candidata ao TRF-3 pelo quinto constitucional, para ouvir as pretensões no eventual exercício da função. Nos reuniremos com os demais candidatos.

#15 O MDA indicou a advogada Jaqueline de Paula Leite Zanetoni para recondução ao cargo de Conselheira no Conselho Municipal de Tributos de São Paulo para o mandato 2022-2024.

#16 No dia 05.05.2022, o MDA enviou à Comissão de juristas para a reforma do processo administrativo tributário, presidida pelo Exma. Ministra Regina Helena Costa, sugestões para alteração legislativa.

#17 O MDA reuniu-se com o Secretário da Fazenda de São Paulo Felipe Salto, Subsecretário, Chefe de Gabinete e Diretores da DIGES para debater e pleitear melhorias no atendimento aos contribuintes e advogados.

#18 O MDA, representado por seu Diretor Humberto Gouveia, visitou o Desembargador Federal Corregedor do TRF3, Dr. Luiz Carlos Stefanini, abrindo um canal direto de diálogo com vistas ao encaminhamento de representações, reclamações e sugestões em prol da advocacia.

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

MDA NEWS

— *Diretoria* —

#19 O MDA recebeu contato e realizou teleconferência com o Juiz Marcus Livio Gomes, relator e presidente da subcomissão de processo tributário do Senado Federal, junto com a sua assessora Dra. Talita Pimenta Felix, pedindo apoio na elaboração de texto para o artigo do projeto sobre “moderação sancionatória” no processo administrativo, tarefa aceita e executada no mesmo ato.

#20 O MDA reuniu-se com o advogado Sandro Pissini, candidato ao TRF-3 pelo quinto constitucional, para ouvir as pretensões no eventual exercício da função. Nos reuniremos com os demais candidatos.

#21 O MDA reuniu-se com a advogada Procuradora da Fazenda Nacional, Rita Dias Nolasco, candidata ao TRF-3 pelo quinto constitucional, para ouvir as pretensões no eventual exercício da função. Nos reuniremos com os demais candidatos.

#22 O MDA oficiou o Sr. Carlos Henrique de Oliveira, cumprimentando-o pela nomeação para a presidência do CARF, destacando o fundamental papel democrático do órgão e a necessidade de preservar os canais de diálogo com a advocacia.

MDA Juris

Projetos de lei, legislação e jurisprudência de interesse da Advocacia

)) Lira cria comissão para analisar propostas de emenda à Constituição para analisar PEC que limita recursos do STJ.

A Comissão vai analisar a [PEC 39/21](#), do Senado, que busca limitar os recursos a serem analisados pelo Superior Tribunal de Justiça. Essa comissão terá 34 deputados titulares e igual número de suplentes.

O texto [teve a admissibilidade aprovada](#) pela Comissão de Constituição e Justiça nesta semana.

Fonte: Agência Câmara de Notícias
Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

)) Proposta limita em até cinco anos a permanência na chefia das agências reguladoras.

Projeto de Lei busca regulamentar decisão do TCU sobre mandatos das agências.

O Projeto de Lei 991/22 estabelece que os mandatos nas diretorias das agências reguladoras, somados os exercícios como diretor e como diretor-presidente, não ultrapassarão cinco anos, vedada a recondução. O texto em análise na Câmara dos Deputados altera o [marco legal dessas autarquias](#).

Atualmente, a lei prevê, de maneira geral, o mandato de cinco anos nas agências, vedada a recondução. A norma traz ainda regras de transição para quem ocupava cargos em 2019, pelas quais alguns poderiam permanecer por até sete anos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias
Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

)) **Aprovada urgência para projeto que cria código de defesa do contribuinte.**

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (24) o requerimento de urgência para o [Projeto de Lei Complementar 17/22, do deputado Felipe Rigoni \(União-ES\) e outros 31 parlamentares](#), que estabelece normas gerais sobre direitos, garantias e deveres do contribuinte, principalmente quanto a sua interação com a Fazenda pública.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

)) **Projeto amplia conceito de cooperação entre as partes no Código de Processo Civil.**

Autor da proposta diz que todos que atuam no processo têm o dever de colaborar para que a prestação jurisdicional seja concretizada.

O Projeto de Lei 837/22 altera o [Código de Processo Civil \(CPC\)](#) para ampliar o princípio da cooperação entre as partes nos processos. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

Pela proposta, “todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si, atuar com ética e lealdade, para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, agindo de modo a evitar a ocorrência de vícios e cumprindo com deveres mútuos de esclarecimento e transparência”.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)



MDA recebeu os candidatos que concorrem a vaga aberta pelo quinto constitucional aberta para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região com o objetivo de ouvir as pretensões no exercício da respectiva função.

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

)) Comissão debate impacto da Taxa de Cobrança de Fiscalização Ambiental.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados discutiu na quinta-feira (26) o impacto da Taxa de Cobrança de Fiscalização Ambiental (TCFA).

O debate foi solicitado pelo deputado [Jerônimo Goergen \(PP-RS\)](#).

Ele explica que se trata de uma cobrança fiscal referente à proteção do meio ambiente, voltada para as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Fonte: Agência Câmara de Notícias
Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

)) Comissão aprova projeto que prevê política nacional de qualidade do ar.

Pelo texto, Conselho Nacional do Meio Ambiente definirá padrões nacionais, e os estados e o Distrito Federal poderão ter regras mais restritivas.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que institui a Política Nacional de Qualidade do Ar. Pelo texto, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) definirá padrões nacionais, e os estados e o Distrito Federal poderão ter regras mais restritivas.

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado [Zé Vitor \(PL-MG\)](#), ao [Projeto de Lei 10521/18](#), do deputado [Paulo Teixeira \(PT-SP\)](#). O relator recomendou ainda a rejeição de uma versão aprovada no ano passado pela [Comissão de Desenvolvimento Urbano](#).

Fonte: Agência Câmara de Notícias
Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)



MDA oficia ao Governador do Estado de São Paulo, o Secretário da Fazenda e o CODECON, pedindo urgentes providências para melhorar o atendimento aos contribuintes e aos seus advogados.

)) Entra em vigor lei que modifica medidas contra alienação parental.

O presidente Jair Bolsonaro sancionou lei que modifica regras sobre alienação parental – situação que ocorre quando o pai ou a mãe age para colocar a criança ou o adolescente contra o outro genitor.

Publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (19), a [Lei 14.340/22](#) tem origem em um projeto de lei (PL 7352/17, na Câmara) aprovado em abril pelo Congresso.

Fonte: Agência Câmara de Notícias
Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

)) Aprovada urgência para projeto de lei que torna hediondos os crimes relacionados à pedofilia.

Proposta também aumenta a pena para esses crimes.

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (18/05) o regime de urgência para o Projeto de Lei 1252/21, do deputado [Osires Damaso \(PSC-TO\)](#), que torna hediondos os crimes relacionados à pedofilia e aumenta as respectivas penas.

A proposta poderá ser votada nas próximas sessões do Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias
Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)



Em Maio o MDA estabeleceu calendário anual das reuniões de Diretoria e de Conselho de modo a otimizar suas funções estatutárias.

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

)) Grupo de Trabalho do novo Código de Processo Penal (CPP) da Câmara dos Deputados retomou os trabalhos.

A ideia é substituir o antigo código. O novo texto, que foi elaborado por uma comissão juristas reunidos pelo Senado, vem sendo analisado desde 2019.”

“O relator do Grupo de Trabalho do novo CPP, deputado João Campos (Republicanos-GO), considera que a legislação em vigor, de 1941, é "retrógrada, ultrapassada e contribui para a impunidade dos criminosos e para a morosidade da Justiça”.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

<https://www.camara.leg.br/noticias/868872-grupo-de-trabalho-retoma-analise-do-novo-codigode-processo-penal/>

)) Projeto permite que juízes formulem perguntas aos advogados das partes em tribunais.

O Projeto de Lei 832/22 permite que os juízes participantes do julgamento formulem perguntas aos advogados das partes para esclarecer dúvidas sobre as questões discutidas no processo em análise no tribunal. O texto, em tramitação na Câmara dos Deputados, altera o [Código de Processo Civil](#).

Pela proposta, as perguntas deverão ser formuladas após a fase de sustentação oral das partes. O tempo de resposta ficará a critério dos juízes participantes do julgamento.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

Espaço Conselho

O “Espaço Conselho” que se inaugura juntamente com a primeira edição do Boletim MDA é destinado a todos os Conselheiros que queiram fazer uso para divulgação de artigos escritos individualmente ou em coautoria, publicações em revistas e periódicos, palestras, aulas, lançamento de livros e participações em eventos ligados estritamente ao exercício da Advocacia. Seja bem vindo!

...

MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

mda.org.br

secretaria@mda.org.br

+55 (11) 3146 -2412

